



ÁSIA/PAQUISTÃO - Apelo ao governo: tutelar o trabalho feminino da violência e da exploração

Faisalabad (Agência Fides) – O governo deve proteger as mulheres trabalhadoras da exploração, violência e escravidão, dedicando atenção principalmente àquelas empenhadas em trabalhos agrícolas, domésticos ou em outras atividades ainda mais humildes. Este é o apelo lançado por ocasião da Festa do Trabalhador por um fórum de associações da sociedade civil paquistanesa, liderado pela “Association of Women for Awareness and Motivation” (AWAM) e compartilhado também por associações de mulheres cristãs e de outras minorias religiosas.

Em congresso realizado ontem, 1º de maio, em Faisalabad, foi reiterado que a política no Paquistão ofereceu até o momento respostas ineficazes para a tutela dos direitos dos trabalhadores, e de modo especial, das mulheres trabalhadoras. Em nota enviada à Fides, Nazia Sardar, diretora de “Awam”, afirma: “Mais de 10 milhões de mulheres trabalham em suas casas em setores como vestiário e tessitura, confeccionando adornos, sapatos, bordados e tapetes. Apesar de sua contribuição na economia nacional, lhes é negada qualquer forma de tutela legal, como a garantia de um salário mínimo. O governo deve ver o setor do ‘trabalho informal’ e doméstico, e estender a estas trabalhadoras as proteções sociais”. Shazia Gorge, ativista de direitos das mulheres, frisou: “As trabalhadoras domésticas são exploradas por seus patrões e não possuem nem o status de ‘trabalhadoras’. Por isso, têm salários baixos, horários de trabalho muito longos e ainda, sofrem muitas vezes moléstias e violências”.

Alguns parlamentares presentes notaram que o Paquistão deu passos adiante ao garantir às mulheres uma representação significativa em todos os campos da vida, como na política e no trabalho, e está realizando esforços para regulamentar a tutela jurídica de seus direitos. As mulheres no Paquistão – recordou o congresso – devem enfrentar obstáculos por causa de uma sociedade ainda patriarcal e uma mentalidade que as coloca em condição de inferioridade. Por isso, é fundamental que tenham uma voz unitária para defender seus direitos. (PA) (Agência Fides 2/5/2014)